



## **13 DE JULHO DE 2018**

### **Sexta-feira**

- COM PARALISAÇÃO, SERVIÇOS RECUAM 3,8% EM MAIO E TÊM PIOR QUEDA MENSAL DESDE 2011
- INDÚSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TEM QUEDA DE 4,7% NAS VENDAS DE JUNHO
- 'AMPLIAÇÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS É ABSOLUTAMENTE INOPORTUNA', DIZ GUARDIA
- FGTS, A SEGUNDA REFORMA TRABALHISTA?
- CONFIANÇA DO CONSUMIDOR RECUA 6,1% EM JUNHO E ATINGE MENOR PATAMAR EM 18 MESES, APONTA INDICADOR DO SPC BRASIL E CNDL
- GREVE DOS CAMINHONEIROS PROVOCA ESTRAGOS NA ECONOMIA E DEVE DIFICULTAR RETOMADA
- UM MÊS E MEIO APÓS EDIÇÃO DE MP, CONAB DIZ QUE AINDA NÃO CONSEGUIU CONTRATAR CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS
- QUEDA NOS SERVIÇOS FOI GENERALIZADA NAS ATIVIDADES PESQUISADAS
- QUEDA DO VAREJO SERIA MAIS FORTE DESCONSIDERANDO ALIMENTOS, DIZ MODAL
- FECOMERCIOSP DIZ QUE VAREJO SURPREENDEU POSITIVAMENTE EM MAIO
- APÓS APROVAÇÃO DA MP DO FRETE, ESCOAMENTO DA SAFRA SEGUE LENTO
- SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 998 PARA 2019 É APROVADO PELO CONGRESSO
- MINISTRA SUSPENDE EXECUÇÕES TRABALHISTAS CONTRA EMPRESAS EM FALÊNCIA
- ELETOBRAS NEGA TER SUSPENDIDO PAGAMENTO DO PLR DE 2107, APESAR DA CGU
- UGT FAZ EVENTO PARA OFERECER 1,8 MIL VAGAS DE EMPREGO E AUMENTAR SINDICALIZAÇÃO
- SINDICATO TENTA FILIAR NOVOS MEMBROS COM FEIRÃO DE EMPREGO

- BMW, FORD E PSA DEMONSTRAM SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE CARROS E INFRAESTRUTURA
- MERCEDES CRESCE EM CARROS DE LUXO, MAS FÁBRICA PERMANECE EM UM TURNO
- MERCEDES DE IRACEMÁPOLIS SEGUE A VIDA, APESAR DO DÓLAR
- MERCEDES MIRA O TOPO DAS MARCAS PREMIUM
- GRUPO PSA REGISTRA RECORDE DE VENDAS GLOBAIS NO SEMESTRE
- BMW APRESENTA SEU NOVO DIRETOR COMERCIAL NO BRASIL
- VENDAS DE IMPLEMENTOS CRESCEM MAIS DE 50% NO 1º SEMESTRE
- TESLA ENTREGA 200 MIL CARROS E INCENTIVO FISCAL DEVE CAIR PARA COMPRADORES DOS EUA
- PANASONIC PLANEJA CORTAR PELA METADE COBALTO EM BATERIAS PARA CARROS DENTRO DE 2 A 3 ANOS
- VENDA DE CARROCERIAS CRESCE 52,7%

CÂMBIO EM 13/07/2018		
	Compra	Venda
<b>Dólar</b>	3,865	3,865
<b>Euro</b>	4,508	4,511

Fonte: BACEN

Com paralisação, serviços recuam 3,8% em maio e têm pior queda mensal desde 2011

13/07/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12/07/2018)

**Série histórica do IBGE para o setor começou em 2011; indústria, comércio e inflação foram afetados**



A paralisação dos caminhoneiros reverteu o viés positivo com o qual os serviços brasileiros iniciaram o segundo semestre.

O volume do setor caiu 3,8% em maio ante abril, quando havia registrado alta mensal de 1%, a primeira no ano. Foi o resultado negativo mais intenso da série histórica iniciada em janeiro de 2011, apontou o IBGE nesta sexta-feira (13).

Em relação a maio de 2017, a queda também foi de 3,8%. No ano, o setor acumula recuou de 1,3% e, em 12 meses, de 1,6%.

O volume de todas as cinco atividades investigadas pelo IBGE caiu, com destaque para transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, que registrou a retração mais intensa, de 9,5%.

A atividade foi pressionada para baixo, sobretudo, pelo desempenho dos transportes terrestres, que despencou 15% e atingiu a taxa negativa mais baixa da série.

Os demais resultados negativos foram: -1,3% para segmentos de serviços profissionais, administrativos e complementares; -0,4% de serviços de informação e comunicação (-0,4%); -0,3% em serviços prestados às famílias e -2,7% de outros serviços.

As informações são da PMS (Pesquisa Mensal de Serviços), que fecha o ciclo de levantamentos que capturam o impacto dos protestos de caminhoneiros em importantes setores da economia durante o mês de maio.

O movimento começou em 21 de maio e durou 11 dias. Bloqueios em estradas do país levaram ao desabastecimento de alimentos e combustíveis, o que pressionou os preços no período.

Junho registrou a maior inflação em 23 anos. O IPCA, índice oficial de inflação no país, teve alta de 1,26%, a maior para o mês desde 1995. Considerando todos os meses, foi o maior índice desde janeiro de 2016. Em maio, a inflação havia sido de 0,4%.

A indústria recuou a patamares de 2003. A produção industrial teve queda de 10,9% em maio ante abril. O resultado foi o pior desde dezembro de 2008, durante a crise internacional, quando o arrefecimento da atividade econômica mundial fez a produção recuar 11,2%.

Dos 14 estados pesquisados pelo IBGE, 13 registraram queda na produção industrial no período. Os mais afetados foram Mato Grosso (-24,2%), Paraná (-18,4%), Bahia (15%) e Santa Catarina (-15%). A exceção foi o estado do Pará, que teve alta de 9,2%.

As vendas no varejo também recuaram em maio, registrando o primeiro resultado mensal negativo do ano.

O volume de vendas caiu 0,6% na comparação com abril, resultado mais fraco desde a queda de 0,8% em 2016.

Maio costuma ser um mês bom para o varejo, devido à comemoração do Dia das Mães, mas seis das oito atividades pesquisadas pelo IBGE caíram.

## **Indústria de materiais de construção tem queda de 4,7% nas vendas de junho**

13/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

Impactadas pela paralisação dos caminhoneiros, as vendas da indústria de materiais de construção no País caíram 4,7% em junho frente ao mesmo mês do ano passado. Agora, o setor acumula uma retração de 0,4% no primeiro semestre e uma leve alta de apenas 0,1% nos últimos 12 meses. Os dados foram divulgados pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat) ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

A associação também revisou os números das vendas de maio, passando de alta de 3,5% para queda de 9,0% na comparação anual. Como a pesquisa é feita a partir de pesquisas de campo e dados governamentais, que são divulgados em períodos diferentes, ela ainda não havia captado completamente os efeitos da crise naquele mês.

Apesar dos resultados negativos nos últimos meses, a Abramat ainda espera uma expansão de 1,5% das vendas em 2018 ante 2017. “Nesse momento, não vamos revisar nossas projeções porque seguimos acreditando na sinalização de crescimento”, pondera o presidente da instituição, Rodrigo Navarro.

O executivo salienta que, embora seja provável que ocorra uma variação inferior a 1,5% no ano, o mais importante para o setor é que está mantida a expectativa de uma inflexão, com expectativa de alta no faturamento após três anos consecutivos de queda. As baixas chegaram a 3,2% em 2017, 13,5% em 2016 e 7,2% em 2015. “Acredito que veremos uma inflexão nos índices, passando de negativos para positivos, ainda que pequenos”, estima.

Segundo Navarro, a indústria de construção tem sido puxada pelas vendas de materiais no varejo para pequenas obras e reformas domésticas, onde a demanda deve permanecer estável. Ele observa que boa parte da população adiou as obras durante o auge da crise, mas a postergação chegou ao limite. “Não é possível adiar os cuidados com a casa por tempo indeterminado.”

Além disso, a indústria espera, daqui para frente, o início de um novo ciclo de obras de empreendimentos residenciais e comerciais que foram lançados nos últimos trimestres. “Nós vimos crescimento dos lançamentos, e uma parte disso se transformará em canteiros de obras a partir deste semestre”, prevê Navarro.

Já os projetos de infraestrutura, que têm grande porte e são grandes demandantes de materiais, só devem voltar a ganhar tração em meados de 2019, estima o presidente da Abramat. “Só depois da posse do novo governo e a definição das prioridades orçamentárias essas obras devem ser retomadas. O problema é que ainda não vimos os pré-candidatos se manifestarem sobre isso”, diz.

Em relação ao emprego da indústria de materiais de construção, houve recuo de 0,9% em junho frente ao mesmo mês de 2017. No ano, houve baixa de 1,2% no nível de emprego do setor e, em 12 meses, retração de 2,3%.

## **‘Ampliação de benefícios tributários é absolutamente inoportuna’, diz Guardia**

13/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

Para o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, ampliar a concessão de benefícios tributários a setores específicos da economia é “absolutamente inoportuna” para o País e vai exigir medidas compensatórias para fechar as contas.

Ele avalia que seria “prudente e adequado” deixar para o próximo presidente a discussão sobre alguns dos projetos que estão tramitando no Congresso e que aumentam gastos ou abrem mão de receitas, uma vez que o impacto fiscal dessas medidas será maior nos próximos anos.

A seguir, trechos da entrevista exclusiva concedida, na quinta-feira, 12, ao Estadão /Broadcast.

### **O que o governo fará para barrar a “farra fiscal” do Congresso?**

Hoje (quinta-feira, 12) tem uma matéria importante no jornal falando de projetos que podem ter impacto de R\$ 100 bilhões nas contas públicas. Honestamente, não vejo a menor hipótese de ser aprovado um projeto como o da lei Kandir que implica a transferência de R\$ 39 bilhões por ano para os Estados. Isso é absolutamente fora da realidade fiscal do País. Não existe chance de ser aprovado pelo Congresso (já passou por uma comissão especial sobre o tema). E não tem menor amparo na realidade.

### **Por quê?**

O projeto da Lei Kandir considera uma suposta perda por parte dos Estados e esquece que tivemos um significativo aumento das exportações brasileiras, mas também das importações que é base de incidência do ICMS (um tributo estadual). Como é que você calcula uma perda da exportação sem olhar o que se arrecadou com importação? Não vejo a menor hipótese de 40% dos R\$ 100 bilhões ocorrer.

### **E as outras pautas-bomba?**

A segunda maior pauta é o marco regulatório do transporte de cargas. Tem impacto de R\$ 8,5 bilhões por ano. Já foi aprovado na Câmara e precisamos discutir o tema no Senado. Nosso papel é dialogar e mostrar os efeitos das decisões. E deixar claro que uma decisão dessas será compensada de alguma forma nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **Como barrar essas pautas?**

Em agosto, teremos antes das eleições três semanas de sessões legislativas na Câmara e no Senado. Não vejo esses temas como prioridades para serem discutidos nesse prazo. Tenho toda a semana reuniões com os presidentes Eunício Oliveira e Rodrigo Maia.

E as prioridades são a cessão onerosa (projeto que dá as condições para a revisão do contrato de exploração da pré-sal assinado em 2010 pela União e Petrobrás), o projeto de lei das distribuidoras de energia e o projeto de tributação de fundos fechados para clientes de alta renda.

Seria extremamente prudente e adequado deixar para depois das eleições a discussão sobre temas que tenham impacto fiscal dessa magnitude, para que o próximo presidente também tenha a oportunidade de se manifestar.

### **Por quê?**

Isso afeta os próximos anos. Não é possível dar um benefício tributário dessa magnitude sem uma compensação. Aliás, estamos chamando atenção sistematicamente para absoluta urgência e necessidade de uma ampla revisão dos benefícios tributários.

Em 2017, foram R\$ 277 bilhões. Precisamos entender exatamente quem está recebendo o benefício. Qual é o retorno para a sociedade e o custo? Ampliar benefícios tributários desta maneira me parece algo absolutamente inoportuno e tenho convicção que o Congresso dará a resposta adequada.

## **FGTS, a segunda reforma trabalhista?**

13/07/2018 – Fonte: Granadeiro e Associados (publicado em 12-07-2018)

Cinquentão, o FGTS foi só residualmente alterado pela reforma trabalhista. Há, porém, diversas propostas engenhosas no debate para melhorá-lo. Elas vão além de combater o notório problema de sub-remuneração das contas, alterando seus incentivos para reduzir a rotatividade e melhorar a produtividade; usando o Fundo como previdência complementar obrigatória; integrando-o ao seguro-desemprego; ou reduzindo alíquotas para combater o desemprego. Este artigo é uma introdução ao 'estado da arte' desta literatura.

Abaixo da inflação por muito tempo, a baixa remuneração dos depósitos do FGTS implica dinheiro barato para a estatal que o administra e diversos empreendimentos, das Trump Towers a objetos da Lava-Jato.

Vários projetos no Congresso tentam tornar essa remuneração menos injusta ou permitir que os trabalhadores tenham mais oportunidade de acessar seu patrimônio corroído. Muitos economistas, porém, estão mais interessados nas distorções provocadas pela subremuneração e como resolvê-las.

José Márcio Camargo, Edward Amadeo e Gustavo Gonzaga, da PUC-Rio, apontaram há muito tempo que a perda nas contas, junto com as regras do FGTS, estimularia os trabalhadores a buscar a demissão para sacar os recursos. Daí a cronicamente alta taxa de rotatividade no mercado de trabalho brasileiro. A expectativa de contratos sempre curtos afetaria a decisão de investir em treinamento e qualificação pelos empregadores.

Propostas para mudar o Fundo vão além de combater o notório problema de sub-remuneração

Incentivo à demissão, rotatividade alta e o baixo investimento em capital humano ajudariam a explicar nossa produtividade estagnada. Como solução, se propôs elevar a remuneração de acordo com a duração do contrato – como nos primórdios do FGTS, incentivando contratos mais longos.

Outra proposta é de transferir a destinação da multa na demissão de 40% da conta para um fundo público: demitir continuaria custoso, mas buscar a demissão não seria mais estimulado. Esse valor, aliás, não nasceu com o FGTS: foi quaduplicado pela Constituinte.

Mais conhecida é a proposta capitaneada pelo professor Hélio Zylberstajn, da USP, de criação de um novo pilar na Previdência Social. Ele seria obrigatório e de capitalização, usando a poupança forçada do FGTS. A remuneração das contas seria maior e as possibilidades de saque, limitadas.

Hoje, além da demissão, é possível sacar o Fundo para financiamento imobiliário e questões de saúde, entre outras. A reforma não seria abrupta: valeria apenas para novos contratos, e opcionalmente para os demais.

Além da formação de poupança, as mudanças também tratariam do problema da rotatividade – desestimulada pelo aumento da remuneração e restrição aos saques. Proposta semelhante foi feita por Gustavo Franco.

Um terceiro grupo de propostas foca em reformar o FGTS integrando-o ao seguro desemprego – seu irmão 20 anos mais novo. É o caso da proposta de Ricardo Paes de Barros, André Portela e outros pesquisadores da FGV-SP, e também da proposta do Banco Mundial no documento Um Ajuste Fiscal Justo.

Nos moldes atuais, FGTS e seguro-desemprego criados em momentos históricos diferentes – se sobreporiam: a fusão aproveitaria as vantagens de ambos. Além do combate à rotatividade, esta reforma também traria ganhos fiscais. A regra de saque seria alterada, e o FGTS teria retiradas mensais equivalentes ao seguro-desemprego.

Na proposta FGV, o governo continua participando, mas com depósitos na conta do FGTS, o que traria isonomia: todos os trabalhadores receberiam recursos públicos, não só os desligados. Já o depósito dos empregadores deixaria de ser obrigatório depois que poupança suficiente fosse formada para eventual período de desemprego, possibilitando aumento dos salários ou redução do custo do emprego.

Já a proposta do Banco Mundial é mais simples, com o sequenciamento dos pagamentos: primeiro paga-se o FGTS, parcelado, e depois o seguro-desemprego (se a desocupação persistir). Por outro lado, o Banco também propõe aumentar a duração do seguro-desemprego em períodos recessivos, fortalecendo o caráter contracíclico do benefício.

Há ainda um quarto tipo de propostas, focados na redução das alíquotas – hoje em 8% – para aumentar o emprego formal. No projeto do Simples Trabalhista, a redução seria para micro e pequenas empresas. No projeto do Regime Especial de Trabalho do Aposentado (Reta), a redução seria para qualquer empresa, mas para trabalhadores mais velhos.

O FGTS não foi um foco da 1ª reforma trabalhista. A novidade ficou por conta do “distrato”, permitindo que o trabalhador que se demita passe a acessar sua conta (80%) e receber a multa (metade) – o que diminui o incentivo a acordos de demissão informais e atenua gastos com seguro-desemprego. Entretanto, a essência do desenho do FGTS permaneceu igual.

Vale ressaltar que o FGTS é previsto na Constituição no rol de direitos dos trabalhadores: sua mera extinção, além de politicamente difícil, seria contestada pela interpretação de que ele seria uma cláusula pétrea. Essas propostas endereçam os conhecidos problemas do Fundo sem este obstáculo.

No dia da criação do FGTS, jornais noticiavam o cotidiano da política da ditadura, a Guerra do Vietnã e as conquistas do programa espacial americano. Há um quase consenso sobre o anacronismo das regras do Fundo, que na verdade nasceu moderno: concebido por Roberto Campos em substituição à estabilidade decenal no emprego.

Não faltam propostas inteligentes e bem intencionadas para uma “segunda reforma trabalhista”, trazendo o FGTS para o século XXI e resgatando sua modernidade.

**(\*) Pedro Fernando Nery é mestre em Economia e consultor legislativo.**

### **Confiança do Consumidor recua 6,1% em junho e atinge menor patamar em 18 meses, aponta indicador do SPC Brasil e CNDL**

13/07/2018 – Fonte: Bem Paraná

79% dos brasileiros acham que a economia do país está mal e 53% acreditam que a situação continuará ruim pelos próximos seis meses. Reflexo da paralisação dos caminhoneiros, 95% notaram aumento de combustíveis

A recuperação econômica mais lenta que o esperado e a paralisação no setor de transportes impactaram de forma negativa o humor do consumidor brasileiro. Dados apurados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) mostram que houve uma queda de 6,1% no Indicador de Confiança do Consumidor no último mês de junho na comparação com maio.



Com esse recuo, o indicador retrocedeu para 38,8 pontos, o que representa o mais baixo patamar desde janeiro de 2017, início da série histórica. Pela metodologia, o indicador varia de zero a 100, sendo que resultados acima de 50 pontos demonstram o predomínio de otimismo, ao passo que abaixo de 50, o que prevalece é a visão pessimista.

Na avaliação do presidente da CNDL, José Cesar da Costa, mesmo com o fim da recessão, a confiança do consumidor encontra dificuldades para atingir resultados consistentes, tendo em vista o tímido crescimento da economia, que ainda não se recuperou das perdas acumuladas ao longo da crise e nem se reflete em melhora efetiva nos dados de emprego e renda.

Em junho, o quadro foi agravado pela paralisação dos caminhoneiros ocorrida ao final de maio. "Ao chamar a atenção para a questão dos preços dos combustíveis, para a alta carga tributária e para a deficiência da matriz de transportes, o protesto reforçou a percepção negativa sobre a situação econômica, trazendo de volta a memória da crise. Esses são fatores relevantes que impactaram a queda da confiança", explica o presidente.

O Indicador de Confiança é composto pelo Indicador de Cenário Atual, que caiu de 30,8 pontos para 28,9 pontos em um mês e pelo Indicador de Expectativas, que retrocedeu ao passar de 51,8 pontos em maio para 48,6 pontos em junho.

79% classificam como ruim atual momento econômico; 95% notaram alta no preço nos combustíveis

De acordo com o levantamento, em cada dez brasileiros, oito (79%) avaliam negativamente as condições atuais da economia brasileira. Para 18%, o desempenho é regular e para apenas 1% o cenário é positivo.

Entre aqueles que avaliam o clima econômico como ruim, a principal explicação é o desemprego elevado, citado por 67% dos entrevistados. Mesmo com a inflação sob controle, os preços considerados altos foram citados por 62% dos consumidores, assim como os juros, mencionados por 48%. Há ainda 30% de entrevistados que atribuem o momento ruim a desvalorização do Real frente ao Dólar.

Já quando se trata de responder sobre a própria vida financeira, o número de consumidores insatisfeitos é menor do que quando se avalia a economia do Brasil como um todo, mas ainda assim é elevado. De acordo com a sondagem, 45% dos brasileiros consideram a atual situação financeira como ruim ou péssimo.

Outros 45% consideram regular e um percentual menor, de 8%, consideram o momento bom. Dentre os entrevistados que trabalham, 29% consideram média ou alta a probabilidade de serem demitidos. Para 25%, o risco é baixo e 46% não temem ser dispensados pelos seus patrões.

A pesquisa ainda mostra que o alto custo de vida supera o endividamento como o fator que mais pesa no orçamento das famílias: 45% e 21%, respectivamente. Questionados sobre o comportamento dos preços, 95% notaram aumento nos postos de combustíveis em relação a maio, ante 82% da sondagem anterior.

Na avaliação da economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, a expectativa é de que neste semestre a atividade econômica não reaja na intensidade necessária para melhorar os dados de emprego e de renda da população. "As projeções apontam para uma desaceleração no ritmo da retomada, que já era lento e ainda foi prejudicada pela paralisação dos caminhoneiros.

Temas importantes como a agenda fiscal e as reformas estruturais foram perdendo força nos últimos meses e isso impacta as expectativas de forma negativa. Há ainda



um componente imprevisível que são as eleições presidenciais”, explica a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti.

## **53% dos consumidores estão pessimistas para os próximos seis meses da economia**

A sondagem também procurou saber o que os brasileiros esperam do futuro da economia do Brasil e descobriu que a maioria (53%) está declaradamente pessimista. Quando essa avaliação se restringe a vida financeira, no entanto, o volume de pessimistas cai para 19%. Os otimistas com a economia são apenas 11% da amostra, ao passo que para a vida financeira, o percentual sobe para 53% dos entrevistados.

Para justificar a percepção predominantemente negativa com os próximos seis meses da economia, 65% citam problemas políticos e escândalos de corrupção, ao passo que 41% atribuem esse sentimento ao desemprego que segue alto no país. Já entre os pessimistas com a própria vida financeira, 69% demonstram incomodo com a elevação dos preços e 40% acham que a economia fraca impacta na sua vida particular.

Em sentido contrário, tanto os otimistas com a economia quanto com a própria vida financeira não sabem explicar ao certo a razão desse sentimento positivo: 57% e 35%, respectivamente, não souberam apontar razões específicas e apenas acreditam que coisas boas devem acontecer nos próximos seis meses.

### Metodologia

Foram entrevistados 801 consumidores, a respeito de quatro questões principais: 1) a avaliação dos consumidores sobre o momento atual da economia; 2) a avaliação sobre a própria vida financeira; 3) a percepção sobre o futuro da economia e 4) a percepção sobre o futuro da própria vida financeira.

O Indicador e suas aberturas mostram que há confiança quando os pontos estiverem acima do nível neutro de 50 pontos. Quando o indicador vier abaixo de 50, indica falta de confiança. Baixe a análise do Indicador de Confiança do Consumidor em <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/indices-economicos>

## **Greve dos caminhoneiros provoca estragos na economia e deve dificultar retomada**

13/07/2018 – Fonte: G1

Indicadores de maio mostram que a paralisação afetou todos os setores da economia e que a confiança de empresários e consumidores foi abalada.



Acostamento da Regis Bittencourt ficou ocupado por caminhões em greve

O desempenho dos serviços em maio mostra um dos principais danos na economia causados pela greve dos caminhoneiros. O setor, que tem peso importante na composição do Produto Interno Bruto (PIB), caiu 3,8% no mês da paralisação. Economistas e o próprio governo já esperam menor crescimento do PIB no ano e retomada mais difícil.

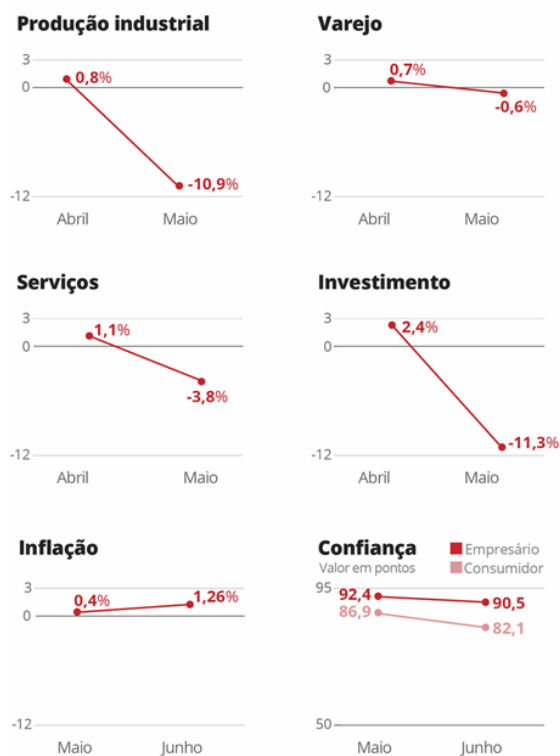
A divulgação do índice do setor de serviços, nesta sexta-feira (13), fecha a recente safra de dados sobre o real impacto da paralisação. O conjunto revela que nenhum

setor foi poupado e que a confiança de empresários e consumidores ficou abalada. Em maio, a produção industrial despencou 10,9% e as vendas no comércio recuaram 0,6%.

A greve durou 11 dias, entre 21 e 31 de maio. Os caminhoneiros bloquearam estradas e impediram a circulação até de itens essenciais, como alimentos, gás de cozinha e combustíveis. Serviços básicos, como transportes públicos, foram prejudicados. A principal reivindicação da categoria era a redução do preço do diesel, que foi atendida pelo governo federal.

## Impacto da greve na economia

Indicadores mostram piora da economia e que recuperação vai ser mais lenta do que o esperado



Fonte: IBGE, Ipea, Ibre/FGV

Infográfico atualizado em: 13/07/2018



Indicadores econômicos de maio afetados pela greve dos caminhoneiros.

O impacto da greve na economia ficará mais claro com os números de junho, porque será possível medir se as perdas de maio com a paralisação foram totalmente ou parcialmente recuperadas. Por ora, os indicadores antecedentes do mês passado, em especial os de confiança, mostram que nem todo o estrago vai ser compensado.

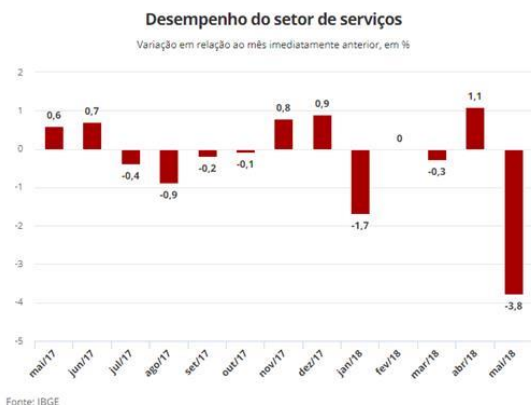
Diante de todo esse quadro, as projeções do crescimento do PIB de 2018 estão mais próximas de 1,5%. No início do ano, chegavam a 3%.

## Veja abaixo os efeitos da greve:

### Serviços tem queda intensa

O setor de serviços recuou 3,8% em maio na comparação com abril. Foi o resultado negativo mais intenso da série histórica, iniciada em janeiro de 2011.

O setor de serviços representa 70% da composição do PIB.



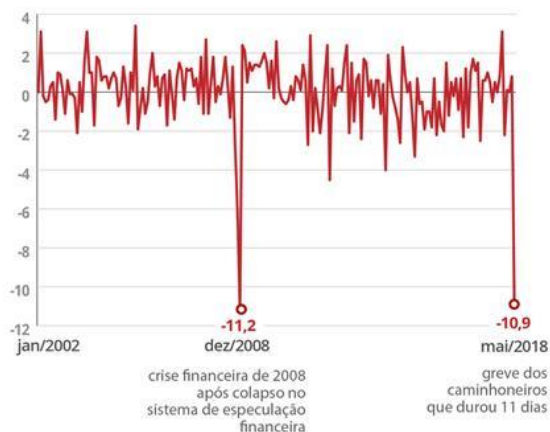
Houve recuo nas cinco atividades investigadas, com destaque para transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, que apontou a retração mais intensa (-9,5%) da série histórica iniciada em janeiro de 2011.

## Indústria desaba

Em maio, a indústria brasileira recuou 10,9% no mês na comparação com abril. Foi a maior queda do setor desde dezembro de 2008, quando a crise internacional prejudicou a indústria e derrubou a produção em 11,2%. O mês de maio mostrou também o segundo pior resultado da série histórica iniciada em 2002.

## Produção industrial

Índice mês a mês, desde o início da série, em 2002, e as maiores quedas registradas



Fonte: IBGE



Infográfico elaborado em: 04/07/2018

Produção industrial mês a mês, desde o início da série histórica em 2002.

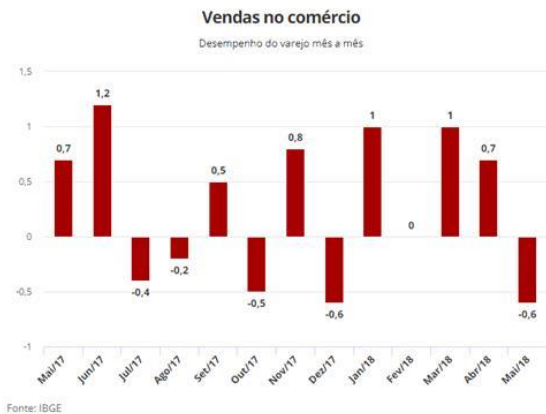
Também afetada pela greve, a produção de veículos no Brasil caiu 15,3% em maio, frente ao mesmo período do ano passado, segundo a Anfavea. É a primeira queda neste tipo de comparação desde outubro de 2016, interrompendo uma sequência de 18 meses de altas.

A análise detalhada do desempenho do setor em maio mostrou que a indústria caiu em 14 dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## Varejo piora

As vendas do comércio varejista brasileiro caíram 0,6% em maio na comparação com abril. Foi a primeira queda registrada neste ano. Todas as atividades do comércio tiveram perdas em maio, à exceção de hipermercados e supermercados.

O desempenho de maio praticamente anulou o avanço de 0,7% observado em abril.



Na passagem de abril para maio, as vendas recuaram em 15 das 27 unidades da Federação, com destaque para Santa Catarina e Rondônia (ambos com -4,2%), enquanto Amazonas (6%) e Roraima (3,2%) registraram os maiores aumentos nas vendas nessa comparação.

### Investimento em queda

O investimento na economia brasileira recuou 11,3% em maio na comparação com abril, de acordo com levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

Somente o consumo de máquinas e equipamentos (bens de capital) caiu 14,6% no mês. No trimestre encerrado em maio, a formação bruta de capital fixo recuou 1,2%.

### Piora na percepção de risco do Brasil

A resposta do governo para encerrar a greve foi mal vista pelo mercado. A paralisação dos caminhoneiros resultou na queda do presidente da Petrobras, Pedro Parente. Foi na gestão de Parente que a estatal definiu a política de preços para combustíveis.

Para analistas, ao ceder para os caminhoneiros, a imagem que ficou é que o governo voltou a ceder a pressões políticas e perdeu credibilidade no mercado.

Com essa piora da visão, houve uma rodada de deterioração dos ativos brasileiros, uma clara sinalização de aumento de mau humor dos investidores com o país. No auge da turbulência, o dólar superou a barreira dos R\$ 4 e a bolsa de valores perdeu o patamar de 70 mil pontos.



### Confiança recua

A greve minou a melhora da confiança de empresários e consumidores. Sem confiança na economia, as empresas retardam investimentos e os brasileiros se sentem menos dispostos a consumir.

Os dados de confiança já se referem a junho e, portanto, já poderiam sinalizar alguma melhora do ambiente passado o auge da paralisação. No entanto, seguiram em queda, o que indica que a recuperação deve ser lenta.

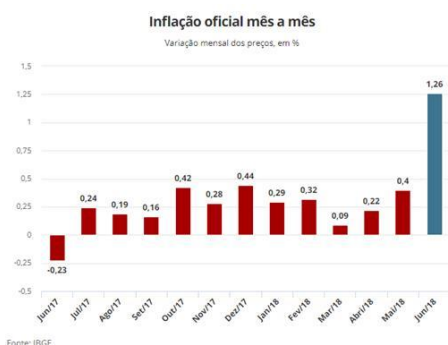


No mês passado, a confiança do consumidor medida pela Fundação Getulio Vargas (FGV) recuou 4,8 pontos, para 82,1 pontos, no menor nível desde agosto de 2017. A do empresário caiu 1,9 ponto, para 90,5, patamar mais baixo desde outubro de 2017.

## Inflação dispara

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu para 1,26% em junho - em maio, marcou apenas 0,4%. Foi a maior taxa para o mês de junho desde 1995, quando ficou em 2,26%. E foi a primeira vez desde janeiro de 2016 que o índice fica acima de 1,0%.

Com o resultado de junho, o IPCA acumulou alta de 2,6% no ano e de 4,39% em 12 meses.



Em junho, o grupo alimentação e bebidas foi o que mais influenciou o resultado mensal, sendo responsável por 0,50 ponto percentual da composição da taxa no mês. As principais altas ficaram com o leite longa vida (de 2,65% em maio para 15,63% em junho) e o frango inteiro (de -0,99% em maio para 8,02% em junho).

## Um mês e meio após edição de MP, Conab diz que ainda não conseguiu contratar caminhoneiros autônomos

13/07/2018 – Fonte: G1

***Reserva de 30% dos fretes para autônomos foi uma das reivindicações de caminhoneiros para encerrar greve. Conab informou que, em duas chamadas públicas, só uma cooperativa se interessou.***

Passado um mês e meio da edição da medida provisória sobre o assunto, a estatal Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) informou que ainda não conseguiu contratar a parcela de 30% de caminhoneiros autônomos para fazer o transporte de mercadorias.

A reserva de 30% para a categoria foi estabelecida em uma medida provisória assinada pelo presidente Michel Temer em 27 de maio, como parte de um pacote para atender reivindicações de caminhoneiros grevistas.

Segundo a Conab, duas tentativas de contratação de autônomos foram feitas, porém não houve interessados ou transportadoras que atendessem "aos critérios para habilitação".



Pela MP, podem disputar os contratos de frete da Conab cooperativas, sindicatos e associações de transportadores autônomos com no mínimo três anos de operação.

A primeira tentativa, de acordo com a companhia, foi em 28 de maio, quando abriu chamada pública com oferta de frete para 26 mil toneladas de milho em grãos "aos transportadores autônomos por meio de cooperativas, entidades sindicais ou associações".

De acordo com a companhia, a única cooperativa interessada não cumpria os requisitos exigidos. "Apenas uma cooperativa demonstrou interesse, a qual, entretanto, não atendeu aos critérios do edital para habilitação".

A Conab afirmou que fez uma nova tentativa de contratação de autônomos em 13 de junho, a fim de atender ao transporte de milho do Programa de Vendas em Balcão (ProVB).

A oferta de frete era de pouco mais de 43 mil toneladas. De acordo com a Conab, não houve interessados no serviço.

"Os interessados puderam enviar documentação até o último dia 29 [de junho]. Mas não houve interessados", afirmou a companhia.

### **Caminhoneiros**

Para o presidente da União Nacional dos Caminhoneiros (Unicam), José Araújo Silva, o "China", houve uma "falha" na fase final de negociação, que não envolveu a entidade. Ele não explicou qual foi a "falha".

"Vamos continuar lutando por isso [a cota de 30% dos fretes da Conab] para tentar reverter essa situação", disse. "A Conab tem muita carga e 30% já satisfaria muito", declarou.

Segundo ele, o número de cooperativas é grande, mas comparado ao de empresas de transporte, representa "uma gota no oceano".

O presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga (Sinditac) de Ijuí (RS), Carlos Alberto Litti Dahmer, que acompanhou as negociações entre representantes dos caminhoneiros e governo durante a paralisação da categoria, disse que a reserva de 30% dos fretes da Conab agradou a categoria.

Ele relatou que a cooperativa da qual faz parte se inscreveu na primeira chamada pública da companhia, mas desconhecia o resultado.

Para Litti, os caminhoneiros autônomos terão de se organizar melhor para participar das chamadas públicas. Ele diz acreditar que os transportadores terão interesse em chamadas futuras feitas pela Conab.

"As cooperativas precisam se aprimorar do ponto de vista administrativo e jurídico para participar das chamadas da Conab, cumprir prazos dos editais e se habilitar. O total de carga ofertado atrai os caminhoneiros. Essa reserva do frete é um desejo antigo da categoria", disse.



## **Medidas provisórias**



O presidente Michel Temer assinou a MP em meio à greve dos caminhoneiros, que durou 11 dias. Àquela altura, a paralisação bloqueava rodovias em todo o país e afetava o abastecimento de produtos como combustíveis e alimentos.

Diante dos impactos da greve, o Palácio do Planalto montou um gabinete de crise e iniciou negociações com os representantes da categoria. Uma das principais reivindicações

dos caminhoneiros, a diminuição no preço do óleo diesel, foi anunciada no mesmo dia em que o governo assinou a MP com a reserva de 30% dos fretes da Conab.

Na ocasião também foram assinadas outras duas MPs, que previam:

- Isenção da cobrança de pedágio para eixo suspenso de caminhões vazios, em rodovias federais, estaduais e municipais;
- Tabela de preço mínimo dos fretes.
- 

### **Conab**

A Conab é uma empresa estatal vinculada ao Ministério da Agricultura e executa programas sociais ligados à agricultura familiar.

A companhia forma estoques públicos de milho para abastecer pequenos criadores com ração animal a preços compatíveis com os de atacado.

A Conab movimentou 257 mil toneladas de milho em 2017, um estoque avaliado em R\$ 107 milhões. A movimentação depende da demanda no setor e não é regular.

Em 2016, a Conab forneceu 152 mil toneladas de milho aos produtores rurais, equivalente a R\$ 52 milhões, já considerando os deságios da aquisição nos leilões públicos.

### **Queda nos serviços foi generalizada nas atividades pesquisadas**

13/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

Prejudicado pela paralisação dos caminhoneiros, que se prolongou por onze dias ao fim de maio, o setor de serviços registrou perdas em todas as atividades pesquisadas em relação a abril, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, informou nesta sexta-feira, 13, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os serviços prestados às famílias recuaram 0,3% em maio ante abril; os serviços profissionais e administrativos caíram 1,3%; transportes e correio despencaram 9,5%; o segmento de outros serviços teve redução de 2,7%; e os serviços de informação e comunicação encolheram 0,4%.

“A queda nos serviços foi generalizada entre as atividades”, frisou Rodrigo Lobo, gerente na Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE. O agregado especial das Atividades turísticas recuou 2,4% na passagem de abril para maio.

### **Queda do varejo seria mais forte desconsiderando alimentos, diz Modal**

13/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

As vendas do varejo restrito em maio poderiam ter uma queda ainda mais intensa se não fosse o bom desempenho dos supermercados. Cálculos do economista Daniel Gomes da Silva, do Modal Asset Management, mostram que as vendas do comércio teriam cedido 1,7%, quando descontada a parte de alimentos.



Ou seja, uma diferença de 1,1 ponto porcentual em relação ao recuo de 0,6% informado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em maio, as vendas de super e hipermercados tiveram alta de 0,6% em relação a abril.

“Vamos ver se isso foi apenas uma antecipação do consumo, se joga no sentido contrário se as vendas continuarão fracas, ou se haverá normalização em junho”, afirma, ao referir-se ao fato de que no início da greve dos caminhoneiros muitos consumidores correram para os supermercados a fim de garantir o abastecimento de itens de primeira necessidade.

Além da possibilidade de mais impacto da paralisação sobre as vendas em junho, Silva acrescenta que o comércio pode sofrer o efeito Copa. “É um evento importante para postergar vendas”, diz.

### **FecomercioSP diz que varejo surpreendeu positivamente em maio**

13/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

Na contramão da queda de 6,6% da atividade da indústria em maio ante igual mês de 2017, a alta de 2,2% do varejo divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta manhã de quinta-feira, 12, com alta de 2,2% na mesma base de comparação, surpreendeu positivamente, afirma a FecomercioSP.

“A indústria se retraiu 6,6% em maio e, com todas as categorias no negativo, se esperava que o varejo pudesse acompanhar o desempenho da indústria, não necessariamente na mesma magnitude, mas na tendência”, diz a entidade em nota.

“O comércio teve a vantagem de o mês de maio ser tradicionalmente importante nas vendas por conta do Dia das Mães, o que ajudou a minimizar os impactos negativos da greve”, explica o documento, citando também um efeito de antecipação de compras nos supermercados.

A FecomercioSP avalia que os reflexos da paralisação se estenderam para o início de junho e podem prejudicar o resultado do mês, já que houve antecipação e estocagem de alimentos pelas famílias.

De qualquer modo, a reação da economia tem ocorrido de forma mais lenta do que o esperado pela entidade, diz a nota. “Os índices de confiança da Fecomercio, de consumidores e empresários, reverteram a curva e agora apresentam quedas seguidas. O alto nível do desemprego ainda assusta e a população não sentiu a inflação mais baixa. Com isso há um movimento de mais cautela no consumo e na contração de crédito”, explica.

### **Após aprovação da MP do Frete, escoamento da safra segue lento**

13/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

Associações que representam o agronegócio dizem que o escoamento de safra segue lento em boa parte do País, após a aprovação da MP do Frete que estabelece um preço mínimo para os fretes.

“Não houve mudança nenhuma”, afirma o presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho Goiás (Aprosoja), Bartolomeu Braz. Desde que o tabelamento de preços mínimos para o frete entrou em vigor, no fim de maio, em meio às negociações para o fim da paralisação dos caminhoneiros, o escoamento da safra tem acontecido lentamente, com produtores à espera da revogação da tabela e redução dos custos.

A assessora técnica de Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Elisangela Pereira Lopes, afirma que o tabelamento elevou os preços médios

do frete em 40% e fez com que o número de caminhões nas estradas caísse drasticamente.

Segundo Elisângela, o ritmo na BR-163, uma das principais vias de escoamento da produção no País, passou de 950 caminhões por dia (média entre janeiro a maio) para 500 caminhões por dia em junho. "Normalmente, o ritmo é de fato menor em junho, mas é retomado em julho com o transporte do milho safrinha, o que não está acontecendo", afirmou. "O Brasil está perdendo uma grande oportunidade de exportar mais agora com a tensão entre Estados Unidos e China", completou.

A MP que foi aprovada na quarta-feira, 11, pela Câmara e pelo Senado prevê anistia às multas de trânsito aplicadas aos caminhoneiros e empresas de transporte que não retiraram seus caminhões das rodovias entre os dias 21 de maio e 4 de junho deste ano. Já para quem contratou fretes, o prazo da anistia das multas pelo não cumprimento da tabela foi maior, entre 30 de maio e 19 de julho.

Para os representantes, esse período de anistia para os contratantes do frete não deve ter influência no escoamento nos próximos dias. "É preciso um planejamento antecipado, o caminhão não fica na porta da fazenda esperando", afirmou a assessora da CNA. Braz também afirmou que a janela é muito curta para que haja aumento do volume transportado.

Ambas as entidades são contra o tabelamento e estão buscando recursos jurídicos para barrar a medida. A CNA entrou no dia 12 de junho no Supremo Tribunal Federal (STF) com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a tabela e deve participar de uma nova audiência com o ministro Luiz Fux sobre o tema no dia 27 de agosto.

## **Salário mínimo de R\$ 998 para 2019 é aprovado pelo Congresso**

13/07/2018 – Fonte: R7

Caso a inflação de 4,17% para este ano seja confirmada, o novo salário mínimo representará um ganho real de 0,4% aos profissionais



Novo salário mínimo será 4,6% maior do que o atual

O salário mínimo passará a ser de R\$ 998 a partir do dia 1º de janeiro de 2019. O valor está presente na proposta da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), aprovada pelo Congresso Nacional na noite desta quarta-feira (11). O texto agora segue para a sanção presidencial.

A remuneração mínima de R\$ 998 será 4,6% superior aos R\$ 954 pagos aos trabalhadores neste ano. Como a previsão de economistas ouvidos pelo BC (Banco Central) para a inflação deste ano é de 4,17%, o novo salário mínimo representará um ganho real de 0,4% aos profissionais.

O valor do salário mínimo aprovado pelo Congresso, no entanto, representa uma redução de 0,4% em relação aos R\$ 1.002 presentes na previsão inicial do governo para o salário mínimo do ano que vem.

Ao reduzir a projeção de reajuste, o governo estimou que a inflação para 2018 seria de 3,3%, valor 0,87 inferior às expectativas atuais do mercado financeiro. O governo avalia que a diminuição de R\$ 4 resultará em um ganho de R\$ 13,4 bilhões em 2019 aos cofres públicos.

Por lei, o salário mínimo brasileiro será definido, até 2019, com base no crescimento da economia de dois anos antes mais a inflação calculada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), índice próximo ao IPCA, do ano anterior.

Vale lembrar que neste ano o salário mínimo estabelecido resultou em uma perda real na remuneração paga aos trabalhadores. Isso ocorreu com a aceleração da inflação ao final do ano passado fez com que o índice de preços fechasse 2018 em 2,07%, enquanto o reajuste mínimo já havia sido fixado em 1,81%.



## Ministra suspende execuções trabalhistas contra empresas em falência

13/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

Duas empresas em processo de falência tiveram pedidos de liminar acolhidos pela presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz, para que sejam suspensas execuções decretadas pela Justiça do Trabalho. Em ambos os casos, a ministra designou o juízo universal de falência e recuperação judicial para decidir, provisoriamente, sobre as medidas urgentes que envolvam o patrimônio das empresas.

As informações foram divulgadas no site do STJ. Os pedidos foram feitos em conflitos de competência que discutem atos de bloqueio de valores em reclamações trabalhistas que tramitam em varas especializadas de São Paulo e de Minas Gerais.

Para as empresas, após a decretação de falência, caberia ao juízo universal as decisões sobre eventual constrição de créditos pertencentes à massa falida.

Laurita destacou que o STJ possui o entendimento consolidado de que os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas em falência ou em recuperação, na vigência do Decreto-Lei 7.661/45 ou da Lei 11.101/05, devem estar a cargo do juízo universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no artigo 6.º da Lei de Falências e Recuperação Judicial.

A presidente do STJ citou jurisprudência da Corte no sentido de que, após deferido o pedido de falência, os atos de execução relacionados a crédito trabalhista incidentes sobre o patrimônio da massa falida devem ser processados no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior.

Após a concessão das liminares, a ministra determinou a remessa dos autos ao Ministério Público Federal para parecer.

## **Eletrobras nega ter suspenso pagamento do PLR de 2107, apesar da CGU**

13/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Eletrobras informou nesta quinta-feira, 12, em resposta ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, que vai pagar normalmente a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus empregados, apesar do prejuízo de R\$ 1,7 bilhão registrado no exercício, seguindo uma prática que levou a Controladoria Geral da União (CGU) a recomendar uma investigação administrativa para apurar a responsabilidade do pagamento do PLR durante os anos de 2012 e 2013, quando a estatal também registrou prejuízo.

Mais cedo, a dirigente do Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal, Fabiola Antezana, disse no site da entidade que a empresa teria suspenso o pagamento do PLR deste ano, enquanto aguardava uma decisão da CGU sobre o assunto. Os empregados da Eletrobras preparam uma greve para o dia 17, em protesto contra a privatização da empresa e defesa do pagamento do PLR criticado pela CGU.

“A informação não procede. O processo de pagamento da PLR referente a 2017 está seguindo a tramitação normal dentro da empresa”, informou a assessoria da Eletrobras.

Na quarta-feira, 11, ao ser indagada sobre a possibilidade de os empregados terem que devolver R\$ 75 milhões por recebimento indevido de PLR, diante das perdas apresentadas pela estatal, a Eletrobras também justificou o pagamento afirmando que o mesmo ocorreu dentro da legalidade.

“A Eletrobras atua em conformidade com as regras legais pertinentes à Participação nos Lucros ou Resultados e analisa o relatório de avaliação da CGU de modo a adotar as medidas aplicáveis tempestivamente, tendo sido agendada reunião com a CGU para tratar especificamente do tema”, afirmou a estatal na quarta-feira.

## **UGT faz evento para oferecer 1,8 mil vagas de emprego e aumentar sindicalização**

13/07/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12/07/2018)

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) promove, na próxima segunda-feira, 16, um “mutirão de emprego” na sede do Sindicato dos Comerciários, em São Paulo. Numa parceria inédita, segundo o presidente da entidade, Ricardo Patah, foi feita uma parceria com várias empresas que vão oferecer cerca de 1,8 mil vagas, entre as quais para vendedores e motoristas. São esperadas cerca de 5 mil pessoas ao evento.

Em troca, a entidade pretende sindicalizar a maioria dos trabalhadores que conseguir uma vaga e, com isso, obter recursos com mensalidades de associados para se manter após a reforma trabalhista, que acabou com a obrigatoriedade do imposto sindical.

“Essa é uma resposta à reestruturação que estamos fazendo para continuar com nosso trabalho sindical”, afirma Patah. Segundo ele, a sindicalização será voluntária, mas, ao chegar ao sindicato o interessado em uma vaga receberá folhetos, assistirá filmes e será abordado por sindicalistas em um trabalho de convencimento. “Vamos mostrar a estrutura que oferecemos, com médicos, dentistas, lazer”.

Patah informa que a iniciativa será levada aos mais de 1,3 mil sindicatos filiados à central.

O atendimento será feito por profissionais da área de Recursos Humanos nas empresas que participam do projeto e ocorrerá na própria sede do sindicato, ao lado da estação

do metrô Anhangabaú, das 9h às 17h. Só o grupo Pão de Açúcar terá mil vagas a serem preenchidas.

Também estarão com oferta de empregos a Droga Raia/Drogasil (25 vagas), Supermercado Hirota (11), Telhanorte (360), Calçados Clovis (22), Carrefour (85), Include Quality (70 para jovens aprendizes), Supermercado da Praça (30), Santil (3), Makro Atacadista (20) e outras (200).

Há vagas para diversas cidades da Grande São Paulo – inclusive para pessoas com deficiência – vendedor, atendente, para auxiliar, assistente de RH, analista, motorista, cozinheiro, operador de caixa, repositor, estoquista, recepcionista, agente de fiscalização, balconista, entre outras.

Segundo Patah, a Prefeitura de São Paulo também terá no local um posto de atendimento para interessados em tirar a carteira de trabalho.

### **Sindicato tenta filiar novos membros com feirão de emprego**

13/07/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12/07/2018)

#### **Entidade dos comerciários de SP recebe em sua sede empresas que oferecem 1.800 vagas com carteira**



O Secsp (Sindicato dos Comerciários de São Paulo) fechou parceria com mais de 12 empresas de setores diversos para oferecer, em um mutirão dentro do sindicato, 1.800 vagas de trabalho com carteira assinada.

O mutirão acontece na próxima segunda-feira (16), na sede do sindicato (Rua Formosa, 99) em São Paulo, das 9h às 17h. A expectativa da entidade é receber entre 4.000 e 5.000 pessoas.

A ação é uma tentativa de atrair mais associados para a entidade, após a reforma trabalhista em vigor desde novembro do ano passado tornar a contribuição sindical voluntária e afetar drasticamente o caixa das organizações.

Dados do Ministério do Trabalho mostram que arrecadação total dos sindicatos de trabalhadores passou de R\$ 1,3 bilhão em maio de 2017 para R\$ 118,4 mil no respectivo período deste ano.

"Estamos fazendo com os comerciários de São Paulo a primeira atividade nesse sentido, como parte de uma campanha que estamos lançando para sindicalizar o máximo de trabalhadores", afirma Ricardo Patah, presidente do sindicato e da UGT (União Geral dos Trabalhadores), central à qual o Secsp é filiado.

"Queremos defender o patrimônio maior que é o emprego em um momento em que há tantos desempregados e desalentados", acrescenta Patah.

Segundo ele, não será obrigatória a sindicalização para o candidato escolhido assumir a vaga. "Não vamos obrigar ninguém, mas vamos aproveitar para mostrar a estrutura

do sindicato para eles, as atividades que desenvolvemos e tentar convencer aqueles que conseguirem as vagas a se associarem", diz.

De acordo com o Sescp, há vagas como de operadores de caixa e vendedores em grandes redes de farmácias, materiais de construção e supermercados, entre outros. Os departamentos de recursos humanos das companhias estarão no sindicato para realizar entrevistas e efetivar contratações. O candidato deve apresentar currículo, RG, CPF e comprovante de residência.

Haverá também um posto do CAT (Centro de Apoio ao Trabalhador) no local para a emissão de carteira de trabalho para quem ainda não tiver o documento —é necessário apresentar RG ou outro documento oficial, orienta o sindicato.

A ideia, diz Patah, é levar o modelo futuramente para todo o Brasil, nos cerca de 1.330 sindicatos da central.

O Sescsp, uma das maiores entidades de representação de trabalhadores do país, já havia anunciado a venda em junho de um prédio comercial de oito andares na região central de São Paulo para reforçar seu caixa.

A entidade, em troca, recebeu R\$ 10,3 milhões no negócio. O prédio fica na Rua Santa Ifigênia, polo de comércio eletrônico na capital paulista. Por mês, os aluguéis das salas rendiam R\$ 42 mil.

## **BMW, Ford e PSA demonstram sistema de comunicação entre carros e infraestrutura**

13/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12/07/2018)

### **Grupo de 90 empresas trabalha na 5G Automotive Association, que prevê lançamento da solução até 2020**

A tecnologia que permitirá aos veículos trocarem informações entre eles e com a infraestrutura viária amadurece com o empenho coletivo de empresas de diversos setores envolvidas na 5G Automotive Association (5GAA), organização criada para desenvolver e desenhar padrões para as novas tecnologias de mobilidade.

O sistema, chamado de C-V2X, foi demonstrado pela primeira vez em Paris na quinta-feira, 12. O projeto é fruto de trabalho conjunto das mais de 90 empresas envolvidas na 5GAA, incluindo BMW, Ford, PSA, Qualcomm e Savari.

O objetivo do sistema global de comunicação veículo-com-tudo é melhorar a segurança, desafogar o trânsito das grandes cidades e, claro, garantir a viabilidade do carro autônomo. O sistema apresentado pelo coletivo usa comunicação direta em tempo real que não depende de rede de celular.

A expectativa das empresas envolvidas é que o sistema esteja pronto para chegar ao mercado em 2020. Segundo as companhias envolvidas, a solução é superior a outras tecnologias semelhantes já desenvolvidas em custo e qualidade.

Com o sistema, os automóveis são capazes de trocar dados e informações entre eles e com a via e, portanto, antever situações de tráfego pesado, saber a temporização dos semáforos e, antes de chegar a determinado local, ter informações sobre a presença de pedestres na via ou de acidentes. A tecnologia, apontam as montadoras, terá aplicação em funções de telemática, assistência de emergência, infoentretenimento, trânsito e estacionamento.

Entre os mais de 90 membros da 5GAA, estão fabricantes de carros, fornecedores, empresas de tecnologia, produtores de semicondutores e organizações de outras áreas



estratégicas. Os testes das soluções da entidade já acontecem na Alemanha, França, Coreia, China, Jooão e Estados Unidos.

## **Mercedes cresce em carros de luxo, mas fábrica permanece em um turno**

13/07/2018 – Fonte: DCI (publicado em 12/07/2018)

Os 17,5 mil veículos vendidos em 2015 continuam distantes da realidade da marca no mercado brasileiro, embora a empresa tenha elevado em 9% os emplacamentos no primeiro semestre

Montadora está com 860 funcionários na fábrica de Iracemópolis (SP), que monta automóveis premium

Mesmo com um crescimento importante das vendas no primeiro semestre, a Mercedes-Benz ainda enfrenta desafios na fábrica de Iracemópolis (SP) para a produção de veículos de luxo. A planta opera em apenas um turno, sem previsão de abrir o segundo.

Conforme o gerente sênior de vendas da Mercedes, Dirlei Dias, a fábrica opera em um turno com 860 funcionários, dos quais 430 são da própria companhia, enquanto os demais são de terceiros. "Iracemópolis tem a possibilidade de produzir 20 mil veículos em dois turnos. Trabalhamos atualmente em apenas um e podemos avançar, mas não temos previsão para aumentar os volumes de produção", afirma.

O executivo relata que os números da montadora estão muito positivos, visto que os emplacamentos cresceram 9% no primeiro semestre deste ano sobre o mesmo intervalo de 2017, para 6,03 mil automóveis. Diante desse desempenho, o market share da Mercedes alcançou 38,8% no segmento *premium*, acima da meta da empresa, que é permanecer com mais de 38% de participação no mercado de luxo.

No entanto, em comparação com o melhor ano da empresa no Brasil, que foi 2015, o resultado ainda é preocupante. Naquele ano, a Mercedes registrou 17,5 mil unidades emplacadas, um crescimento de 47% em relação a 2014. "Neste ano, devemos atingir vendas em torno de 13,6 mil unidades", destaca.

Para o executivo, no segundo semestre o segmento *premium* como um todo terá um desempenho melhor, como historicamente vem acontecendo. "Invariavelmente, a segunda metade do ano concentra 65% das vendas de carros de luxo. Sem contar que teremos o Salão do Automóvel em novembro, o que sempre atrai muitas vendas", aponta.

De acordo com Dias, em torno de 52% dos clientes da Mercedes ainda compram o carro da marca à vista, mas dos 48% que financiam, a maioria utiliza a linha de Crédito Direto ao Consumidor (CDC), com pagamento de 20% de entrada e juros de 0,79% ao mês em 24 parcelas.

Outras formas de pagamento incluem o CDC com 60% de entrada e juro zero para os automóveis da classe C em 18 parcelas; e o plano flexibility, que envolve 20% de entrada com parcelas de R\$ 3 mil e taxa de mercado oscilando em torno de 1,2% ao mês. Este último tem como diferencial a garantia de recompra do carro nas redes da Mercedes por 50% do valor.

O executivo informou ainda que a Mercedes trabalha para capturar um consumidor mais jovem. "O perfil do cliente dos carros *premium* mudou. As classes A e GLA atraem muito mais os jovens, então estamos buscando esses consumidores porque esta é a nossa chance de fidelizá-lo. Se o cliente coloca as mãos em um Mercedes, ele não vai querer mudar depois. Podemos acompanhá-lo por toda a sua vida", garante.



Para atrair esse perfil, a marca investiu em publicidade com artistas da nova geração, como a rapper e influencer digital Karol Conka, em 2017.

### **Rota 2030**

Com relação à nova política industrial do setor automotivo, muito aguardada desde que o Inovar-Auto acabou em dezembro do ano passado, Dias avalia que deve haver um aumento dos investimentos das montadoras em conectividade, segurança e eficiência energética. "Todas essas novas exigências são boas para a Mercedes, visto que nossos carros já as cumpriam na maioria das vezes", avalia.

No entendimento do executivo, como o programa do governo federal prevê redução do imposto de importação para peças sem similar nacional – condicionada ao investimento local da montadora em eficiência energética –, a eletrificação deve ter um avanço importante no País.

Dirlei Dias adiantou ainda que a Mercedes, já no âmbito do incentivo à pesquisa e desenvolvimento previsto no Rota 2030, trará no segundo semestre do ano um *hatch* classe A com a inteligência artificial MBUX, que contém comandos de voz para ajudar o usuário na navegação e em controles como temperatura do carro e ajuste da posição do banco. As preferências do motorista são posteriormente salvas pelo sistema, para garantir o conforto na próxima viagem.

### **Mercedes de Iracemápolis segue a vida, apesar do dólar**

13/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12/07/2018)



### **Unidade do interior de São Paulo fabrica hoje os sedãs Classe C e também o GLA, um utilitário esportivo pequeno**

Inaugurada em 2016 para produzir até 20 mil carros por ano, a fábrica da **Mercedes** em **Iracemápolis** (SP) deve montar em 2018 cerca de 7,2 mil unidades, pouco mais de 35% da capacidade instalada. As vendas da montadora cresceram quase 9% neste primeiro semestre (veja [aqui](#)), mas a alta do dólar e a forte dependência de componentes importados são pontos que jogam contra uma produção local de baixo volume com esta.

Ainda assim, a montadora mantém firme a intenção de produzir no interior de São Paulo: "Existe a possibilidade de montarmos o Classe A sedã em Iracemápolis", admite o gerente sênior de vendas, Dirlei Dias.

=-BN "O carro será parte do portfólio da Mercedes-Benz no Brasil, mas ao menos num primeiro momento virá do México", afirma. A chegada do novo sedã de entrada deve ocorrer no ano que vem.

Se a produção nacional se concretizar, o Classe A sedã vai se juntar ao Classe C e ao utilitário esportivo GLA, que hoje respondem por 60% das vendas internas de automóveis da Mercedes no Brasil. A unidade de Iracemápolis opera em um turno, gerando 430 empregos diretos e outros 370 indiretos.

Sobre as implicações da variação cambial sobre a fábrica, Dirlei Dias recorda: "O dólar atual para nós é volátil, acreditamos que volte ao normal após as eleições", afirma

Dias. Ele não cita que patamar "normal" seria este, mas recorda que o fato de a Mercedes-Benz do Brasil ser uma empresa exportadora (de caminhões) permite que haja este balanço em momentos de instabilidade da moeda.

O gerente de vendas lembra ainda que a utilização dos ex-tarifários no Rota 2030 para importar componentes sem similar nacional, como já ocorria desde o Inovar-Auto, ajuda a manter viável a produção local.

A empresa tem também créditos a restituir de IPI, que ainda não foram devolvidos, mesmo após o término do programa Inovar-Auto. E terá também direito à dedução de 1% no IPI por ter superado as metas de eficiência energética do Inovar.

## Mercedes mira o topo das marcas premium

13/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12/07/2018)



### Montadora liderou segmento de luxo no 1º semestre e deve terminar 2018 com 13,5 mil automóveis

A **Mercedes** pretende vender até o fim do ano no Brasil cerca de **13,5 mil carros** e manter-se na liderança em um mercado de luxo disputado por três marcas alemãs, a própria Mercedes, a BMW e a Audi, todas com produtos importados e nacionais. Até a primeira metade do ano, a estrela de três pontas emplacou pouco mais de 6 mil automóveis, registrando alta de 8,6% sobre o mesmo período do ano passado.

*"Esperamos manter esse crescimento até o fim do ano, a liderança e também nossa fatia atual, que é de 38,8% entre as três marcas", afirma o gerente sênior de vendas, Dirlei Dias.*

A Mercedes prepara novidades para o segundo semestre e para o Salão do Automóvel, que ocorrerá de 8 a 18 de novembro no São Paulo Expo. "Serão mais de dez lançamentos até o fim do ano entre novos modelos e versões", afirma Dias.

Ele informa que em anos de Salão do Automóvel ocorre um represamento das vendas em outubro, compensado com um importante aumento dos negócios de novembro até a primeira metade de dezembro. Mas o evento não será a única forma de conquistar consumidores.

"Nosso volume cresce com portfólio novo, serviços e programas de financiamento", diz o executivo. Atualmente, a forma de parcelamento mais utilizada pelo Banco Mercedes inclui entrada de 20%, saldo entre 24 e 36 meses e taxa de 0,79%. "É um modelo de financiamento bastante empregado para os Mercedes A, GLA, C, CLA e B, que respondem por 80% de nossas vendas", recorda Dias.

### DESEMPENHO DOS CONCORRENTES MAIS DIRETOS

No primeiro semestre, Mercedes, BMW e Audi venderam juntas 15,5 mil automóveis, registrando alta de 7,9% sobre igual período de 2017. Embora ocupe o segundo lugar, foi a BMW que teve o maior crescimento no período, saltando de 4,3 mil para 5,3 mil unidades (alta de 25%).

A Audi foi a única das três com queda. Baixou dos 4,6 mil automóveis na primeira metade de 2017 para 4,2 mil neste ano. Recuou 9% e caiu do segundo para o terceiro lugar. "Analisamos mais de perto essas duas marcas por terem produtos semelhantes, mas também olhamos um grupo formado por 20 marcas. Nessas 'top 20' houve crescimento de 12% sobre o primeiro semestre do ano passado", conclui o gerente de vendas.



### Grupo PSA registra recorde de vendas globais no semestre

13/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12/07/2018)

#### **Entregas somam mais de 2,18 milhões de veículos; SUVs respondem por 28%**

As vendas globais do Grupo PSA atingiram novo recorde para o primeiro semestre ao encerrar o período com mais de 2,18 milhões de unidades, considerando as cinco marcas Peugeot, Citroën, DS Automobiles, Opel e Vauxhall, informa a companhia em comunicado divulgado na quinta-feira, 12.

O volume representa crescimento de 38,1% sobre as vendas de mesmo período do ano passado. Em nota, a empresa destaca que os SUVs responderam por 28% do total de seus emplacamentos no período ao superar as 609,3 mil unidades.

Todas as marcas apresentam resultados positivos na categoria de utilitários esportivos sustentados com novos modelos como os Peugeot 3008 e 5008, os Citroën C3 Aircross e C5 Aircross, o DS 7 Crossback, além dos Opel e Vauxhall com a família X composta pelos modelos Crossland X, Mokka X e Grandland X.

Na categoria de utilitários leves, o grupo também registrou volume recorde de vendas, com 289,5 mil unidades no primeiro semestre, alta de 32,8% no comparativo anual, principalmente graças ao desempenho das marcas Opel e Vauxhall: sem elas, a PSA conta com incremento menor, de 8,3%. Depois de renovar sua linha de furgões, a PSA inicia neste segundo semestre o lançamento global das novas gerações de Peugeot Partner, Citroën Berlingo e da van Opel/Vauxhall Combo.

Ainda no comunicado, a PSA relata que o crescimento das vendas foi generalizado pelas regiões do mundo, exceto Oriente Médio e África. Na Europa, o grupo aumentou suas entregas em 61,5%, para 1,67 milhão de veículos. Isso aumentou em seis pontos percentuais a participação do grupo nas vendas do Velho Continente para 17,2%. O desempenho também foi puxado pelos SUVs: no fim de maio a PSA alcançou a vice-liderança desse mercado na Europa, com 16,9% de participação.

Na América Latina, o grupo vendeu 98 mil veículos na primeira metade do ano, representando leve crescimento de 1,7% e participação estável de 3,9% na região. A nota destaca que o resultado foi obtido apesar da queda de 18% na Argentina, onde a PSA registra sua maior participação de mercado na região.

O crescimento também se deve pela ofensiva de SUVs na região, com os Peugeot 3008 e 5008, além do avanço de 27,8% da divisão de veículos utilitários leves. Os próximos lançamentos para a região serão o Citroën C4 Cactus, que será produzido no Brasil e

cuja estreia está prevista para o fim deste mês, além do DS 7 Crossback e o Opel Crossland X no Chile.

Com 163 mil veículos e crescimento de 6,9% na China e Sudeste Asiático, a companhia vê o resultado como sinal de recuperação dos negócios na região. Na Índia-Pacífico, as entregas avançaram 25,1%, para 13,3 mil, enquanto na Eurásia, que inclui Rússia e Ucrânia, as vendas subiram 18%, com 7,7 mil veículos emplacados. No Oriente Médio e África a queda foi de 18,6%, para um total de 226,1 mil.

## **BMW apresenta seu novo diretor comercial no Brasil**

13/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12/07/2018)



**Roberto Carvalho deixa a General Motors do Canadá e ingressa como diretor comercial no Grupo BMW do Brasil**

**Roberto Carvalho assume cargo deixado por Martin Fritsches, designado como VP de vendas da Rolls-Royce para as Américas**

A **BMW** apresenta seu novo **diretor comercial** para o Brasil: Roberto Carvalho assume o cargo deixado em março deste ano por Martin Fritsches após ser nomeado o **novo** vice-presidente de vendas da Rolls-Royce para a região das Américas.

Carvalho acumula mais de 18 anos de trajetória no setor automotivo com passagens em empresas como Hyundai do Brasil e Porsche da América do Norte, entre outras. Antes de aceitar o novo desafio na BMW do Brasil, o executivo respondia pela operação de vendas da General Motors no Canadá.

“A BMW vem desempenhando um excelente papel dentro do segmento premium, com protagonismo incontestado. Tenho como principal objetivo liderar o time de vendas para um crescimento sustentável no Brasil. Terei total apoio da liderança do Grupo BMW no Brasil e também de todos os nossos colaboradores e concessionários. Estou muito motivado com os novos desafios”, afirma Carvalho.

Graduado em Administração de Empresas pela PUC do Rio Grande do Sul, o executivo possui MBA em Marketing pela Universidade Luterana do Brasil e MBA executivo pela Ivey Business School.

Entre suas novas atribuições, o novo diretor comercial conduzirá projetos que incluem melhorias para a rede de concessionários, além de conduzir o trabalho em conjunto com a fábrica do grupo em Araquari (SC) e o reforço de ofertas envolvendo os produtos da marca BMW em todo o mercado.

“Estamos muito entusiasmados com a chegada de Roberto Carvalho. Desejamos sucesso com os novos desafios”, enfatiza o presidente e CEO do Grupo BMW no Brasil, Helder Boavida.

## **Vendas de implementos crescem mais de 50% no 1º semestre**

13/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12/07/2018)

### **Para fabricantes, número reflete recuperação da economia**

As **vendas de implementos rodoviários** seguem em ascensão: no primeiro semestre, a indústria registrou aumento dos negócios em 52,7% quando comparado com mesmo período do ano passado. Dados compilados pela Anfir, associação das fabricantes, e divulgados na quinta-feira, 12, mostram que o volume superou as 38,6 mil unidades, entre leves e pesados: há um ano, o volume de vendas não passou de 25,4 mil.

O segmento pesado puxou o desempenho positivo no período: com 19,4 mil reboques e semirreboques, os emplacamentos superaram em quase 80% os do primeiro semestre do ano passado, quando o setor entregou pouco mais de 10,8 mil unidades.

No segmento leve, que considera as vendas de carroceria sobre chassis, a indústria registrou alta de 32,6% na primeira metade do ano ao emplacar 19,2 mil unidades contra as 14,5 mil de igual período de 2017. O desempenho só não foi maior porque a categoria de betoneira ainda não retomou: as vendas caíram 20%.

“Esse mercado mesmo com poucas unidades vendidas sinaliza que o segmento de construção civil ainda não está no mesmo ritmo dos demais”, avalia o presidente da Anfir.

Embora o executivo comemore o desempenho positivo do primeiro semestre, ele recorda que a base de comparação ainda é baixa. “Não podemos perder de vista o fato de que a indústria passou por perdas bastante elevadas nos últimos anos”, diz Fabris.

De acordo com a Anfir, a crise fez com que o mercado encolhesse cerca de dois terços do volume de 2013, quando a indústria de implementos vendeu 177,8 mil unidades: assim, a perda chegou a 119 mil unidades.

Para Fabris, o ambiente atual de recuperação favorece a adoção de novas estratégias por parte das empresas, o que inclui a busca pelo mercado externo. “As missões ao Panamá e México realizadas esse ano corroboram a visão que a indústria deve ampliar sua atuação no exterior.”

O MoveBrazil, Programa de Internacionalização da Indústria de Implementos Rodoviários, é uma iniciativa conjunta da Anfir com a Apex-Brasil, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. Desde seu início, em 2016, cinquenta empresas associadas se inscreveram e o balanço acumulado aponta para mais de US\$ 40 milhões em negócios.

## **Tesla entrega 200 mil carros e incentivo fiscal deve cair para compradores dos EUA**

13/07/2018 – Fonte: DCI (publicado em 12/07/2018)

A Tesla entregou 200 mil carros elétricos para compradores nos Estados Unidos, disse um porta-voz da montadora nesta quinta-feira, e conseqüentemente seus créditos fiscais começarão a ser reduzidos, enquanto rivais como a Mercedes-Benz, BMW e Audi levarão modelos elétricos ao mercado com incentivos fiscais maiores.

Sob a reforma tributária aprovada pelo Congresso norte-americano no final de 2017, incentivos financeiros na forma de créditos fiscais que diminuem o custo de veículos elétricos estão disponíveis para os primeiros 200 mil veículos vendidos por uma

montadora. O crédito tributário é então reduzido em 50 por cento a cada seis meses até que seja eliminado totalmente.

A partir de 1º de janeiro do próximo ano, o crédito fiscal de 7.500 dólares cairá para 3.750 dólares em meados do ano, disse a Tesla em seu site.

A General Motors também enfrentará o mesmo problema da Tesla em um futuro próximo, já que espera atingir a marca de 200 mil com a venda dos modelos Chevrolet Bolt EV, o subcompacto totalmente elétrico Chevrolet Spark e o híbrido elétrico Chevrolet Volt.

A redução de créditos fiscais é visto como uma desvantagem para a Tesla e GM em relação aos novos entrantes no mercado, cujos primeiros 200 mil modelos se qualificarão para um crédito fiscal total.

A GM vendeu aproximadamente 184 mil veículos elétricos ou híbridos até junho, de acordo com o site [insideevs.com](http://insideevs.com), que monitora as vendas de veículos elétricos.

Um porta-voz da GM não respondeu imediatamente a um pedido de comentário.

No início deste ano, em meio a preocupações de que poderiam perder os incentivos fiscais federais, alguns compradores potenciais do sedã Model 3, da Tesla, começaram a buscar alternativas, incluindo o Bolt, da GM, segundo publicações de possíveis compradores de Tesla em sites e entrevistas com representantes da GM.

Tanto a GM quanto a Tesla estão fazendo lobby no Congresso desde o ano passada, na esperança de conseguir alterar a legislação tributária para continuarem a usufruir do crédito tributário, mas até agora não tiveram sucesso.

### **Panasonic planeja cortar pela metade cobalto em baterias para carros dentro de 2 a 3 anos**

13/07/2018 – Fonte: DCI (publicado em 12/07/2018)

A Panasonic planeja reduzir pela metade o conteúdo de cobalto em suas baterias automotivas produzidas em larga escala em um período de "dois a três anos", disse um executivo do conglomerado japonês nesta quinta-feira, conforme produtoras de baterias buscam reduzir custos.

"Do ponto de vista de pesquisa e desenvolvimento, nós já alcançamos tais baterias", disse Yoshio Ito, chefe do negócio automotivo da Panasonic, durante uma mesa redonda com a mídia.

"Mas nós precisamos avançar vários processos de evolução" antes de iniciar produção em massa, disse ele.

A Panasonic, fornecedora exclusiva de baterias para a atual produção de modelos da Tesla, disse anteriormente que visava desenvolver baterias sem cobalto, mas não deu uma previsão de quando.

Fabricantes de baterias têm buscado reduzir o conteúdo de cobalto em baterias de lítio, conforme os preços de minerais mais raros cresceram nos últimos anos, e com a expectativa de que a ampla disseminação de carros elétricos leve à escassez de cobalto.



## **Venda de carrocerias cresce 52,7%**

13/07/2018 – Fonte: DCI (publicado em 12/07/2018)

A indústria de implementos rodoviários vem consolidando seu crescimento neste ano. No primeiro semestre, os emplacamentos do setor cresceram 52,7% sobre igual período de 2017, para 38,6 mil unidades.

“O desempenho positivo anima o setor como um todo porque reflete o início da recuperação da economia”, afirmou em nota o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários (Anfir), Norberto Fabris. “Mas não podemos perder de vista o fato que a indústria passou por perdas bastante elevadas nos últimos anos”, ressalta.

O resultado da indústria de implementos está intimamente ligado ao avanço do segmento de caminhões, que vem crescendo de forma contínua. No entanto, nos últimos três anos as perdas das montadoras foram expressivas, com ociosidade de acima de 70% por um longo tempo.

De janeiro a junho deste ano, o segmento pesado (reboques e semirreboques) registrou desempenho 79,74% acima do mesmo período de 2017. No primeiro semestre, foram emplacadas 19,415 mil unidades. Já no segmento leve (carroceria sobre chassis), a indústria também registrou variação positiva: foram entregues ao mercado 19,233 mil produtos no período, alta de 32,6% na mesma base.

Conforme levantamento da Anfir, o único segmento que ainda apresenta queda é o de betoneiras, cuja retração nos seis primeiros meses do ano foi de 20%. “As poucas unidades comercializadas neste mercado sinalizam que a construção civil ainda não está no mesmo ritmo dos demais”, avalia dirigente.

### **Crise e oportunidades**

A crise econômica, de acordo com a Anfir, causou perdas ao setor que correspondem a cerca de dois terços do mercado doméstico, tomando por base o volume de emplacamentos de 2013. Para o presidente da entidade, o ambiente atual de recuperação favorece a adoção de estratégias que incluem o avanço das exportações.

O Programa de Internacionalização da Indústria de Implementos Rodoviários (MoveBrazil) é uma iniciativa conjunta da Anfir com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Em três anos de atuação, 50 empresas associadas à Anfir se inscreveram e o balanço acumulado aponta para mais de US\$ 40 milhões em negócios.